

**Relatório do Fórum de Pesquisas
Estratégicas para o Sistema de Saúde do
Tocantins (PESS-TO)**

PALMAS –TO

2013

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

José Wilson Siqueira Campos

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Nicolau Carvalho Esteves

DIRETORIA GERAL DA ESCOLA TOCANTINENSE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo

DIRETORIA DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

Bruno Mota Tolentino

COORDENAÇÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Karina Maschietto de Lima Assis

EQUIPE RESPONSÁVEL

Anderson Fernando Barroso Vieira

Angela Shiratsu Yamada

Antônio Hélio Vieira

George Bernardo Sousa Miranda

Juliana Pinheiro Matias

Marússia Medrado

Patrícia Policeno de Resende

Valdenissi Ribeiro da Silva Marcelino

APRESENTAÇÃO

Este relatório é fruto da integração dos serviços de saúde, das instituições de ensino e pesquisa e movimentos sociais na busca de vincular as necessidades dos serviços de saúde, advindos dos problemas de saúde da população, à capacidade instalada de pesquisa da academia. A discussão foi norteada pelo documento PESS construído em nível nacional.

Para sua elaboração foram utilizados o produto da plenária final do I Fórum para Revisão da Agenda Tocantinense de Prioridades de Pesquisa em Saúde, a avaliação realizada pelos participantes por meio de um questionário e a avaliação ocorrida em duas reuniões da equipe organizadora e de execução.

Na construção optou-se por dividi-lo em duas partes, considerando que a primeira com o título **Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde do Tocantins (PESS-TO)**, produto principal do Fórum será disponibilizado para o público após edição e posterior publicação.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| LISTA DE SIGLAS | 6 |
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| PRIORIDADES ELECADAS DURANTE O I FÓRUM PARA REVISÃO DA AGENDA TOCANTINENSE DE PRIORIDADES DE PESQUISA EM SAÚDE PARA O SUS – TO, ELABORADA A PARTIR DO PESS | 12 |
| Objetivo 01 | 13 |
| Objetivo 02 | 17 |
| Objetivo 03 | 20 |
| Objetivo 04 | 22 |
| Objetivo 05 | 24 |
| Objetivo 06..... | 26 |
| Objetivo 07 | 28 |
| Objetivo 08..... | 30 |
| Objetivo 09 | 32 |
| Objetivo 10..... | 34 |
| Objetivo 11 | 36 |
| Objetivo 12..... | 38 |
| Objetivo 15..... | 41 |

LISTA DE SIGLAS

- ANPPS - Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde
- ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- CCIH – Comissão de Controle de Infecção Hospitalar
- CEREST – Centro de Referência à Saúde do Trabalhador
- CIB – Comissão Intergestora Bipartite
- CIR – Comissão Intergestores Regional
- CIS – Complexo Industrial da Saúde
- CMED - Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos
- CPIS – Complexo Produtivo e Inovação em Saúde
- DST – Doença Sexualmente Transmissível
- ESF – Estratégia de Saúde da Família
- FAPT - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Tocantins
- HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
- HV – Hepatites Virais
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
- PESMITO – Pesquisa Saúde Materno-Infantil do Tocantins
- PESS - Pesquisa Estratégica para o Sistema de Saúde
- PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica
- PNCTIS - Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
- PPSUS - Pesquisa para o Sistema Único de Saúde
- PS – Prontos-socorros
- RECTINS - Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
- SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
- SUS – Sistema Único de Saúde
- UPAs – Unidades de Pronto Atendimento

APRESENTAÇÃO

A Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde – ETSUS foi criada pela Lei Nº. 2.434 de 31 de março de 2011 (alterada pela Lei Nº. 2.541 de 19 de dezembro de 2011) que reestruturou a Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (estrutura alterada pela Medida Provisória Nº. 03 de 1º de março de 2012).

A ETSUS é operacionalizada pela Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde – ETSUS, e foi criada a partir da fusão da Diretoria de Gestão da Educação em Saúde - DGES - com a Escola Técnica de Saúde do SUS Tocantins – Dr. Gismar Gomes.

Em conformidade com o Artigo 200 da Constituição Federal de 1988, que atribuiu ao Sistema Único de Saúde-SUS a função de ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde e incrementar na área de sua atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico; e também em consonância com a Portaria GM/MS/Nº. 1.996 de 2007, a base legal da Política de Educação Permanente em Saúde - PNEPS, que versa em seu artigo 1º, Parágrafo Único sobre a importância de considerar as especificidades regionais e as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde, no sentido de superação das desigualdades regionais, a missão da ETSUS é promover a gestão dos processos educacionais e de pesquisa, voltados para o desenvolvimento dos trabalhadores no âmbito da saúde do Tocantins.

Ciente de seu papel incentivador do desenvolvimento de pesquisas em saúde no Estado, de modo a direcionar recursos e investimentos às necessidades de saúde pública, a ETSUS, por meio da Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação, que tem dentre suas atribuições, coordenar o processo de fomento da produção de conhecimento técnico-científico em saúde voltada para o SUS- TO com vistas à incorporação dos resultados de pesquisas que apresentem natureza estratégica ante os problemas prioritários de saúde da população e ante as necessidades de fortalecimento da gestão, tem a honra de apresentar este Documento – Relatório do Fórum de Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde do Tocantins – PESS-TO, resultado de discussões coletivas calcadas nos princípios do SUS, especialmente a intersetorialidade, com participação e integração dos setores público, privado e instituições de ensino e pesquisa.

INTRODUÇÃO

Existe uma alta complexidade das ações e serviços demandados pela população para o setor saúde, que sofrem influencia em contexto global da persistência da pobreza, aumento da iniquidade e exclusão social, urbanização explosiva, crescimento e envelhecimento populacional, complexo perfil epidemiológico da população e da baixa efetividade do sistema de saúde (NOVAES & CARVALHEIRO, 2007), fatores esses, que mantêm relações muito complexas e estão submetidos a conjunturas específicas e modificáveis, carecendo ser estudadas para o realinhamento dos fazeres em saúde.

Esses fatores se transformam em desafios a serem vencidos pela gestão do serviço, fazendo necessária a articulação das atividades científicas e tecnológicas com as políticas públicas em saúde, integrando a produção de conhecimento às práticas em saúde e aos problemas de saúde da população (BRASIL, 2011), passando assim, a ser um ‘objeto perpétuo’ de estudo.

Buscando o desenvolvimento de políticas setoriais específicas capazes de articular objetivos políticos e econômicos que enfrentem os problemas apontados, e seguindo uma tendência global, o Brasil estabeleceu a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde - PNCTIS e posteriormente, em 2004, a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde – ANPPS, que veio alinhar as prioridades de pesquisa com os princípios do SUS. Como ferramenta para o aprimoramento de gestão da PNCTIS, em 2011 foi lançado o documento Pesquisa Estratégica para o Sistema de Saúde – PESS, cujo objetivo não é substituir a ANPPS e sim convergir temas de pesquisa com as prioridades da Política Nacional de Saúde.

No Tocantins o histórico das políticas de Ciência e Tecnologia, tem início com a realização do I Fórum Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde em 2005, onde foi firmado o “*Pacto de Intenções pela Criação de uma Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do Estado do Tocantins*” – assinado por 28 instituições estaduais. No mesmo ano houve a criação da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do Tocantins, com objetivo de publicar Editais, Projetos e Programas de Financiamento de eventos, estudos e pesquisas na área da Saúde Pública.

Em 2006, realizou-se a “Oficina: Eleições de Prioridades de Pesquisa em Saúde do Estado do Tocantins” com a presença de vinte instituições. Houve ainda a realização do

Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), com o aporte de recursos para pesquisa entre 2006 a 2010 de R\$ 775.816,51 contemplando 23 projetos de pesquisa de instituições tocaninenses, cujos temas se relacionavam com as prioridades de pesquisa do SUS-TO.

Em 2007, acontece a criação da Coordenação de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, ligada a Diretoria de Gestão da Educação/Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins (DGES/SESAU), órgão que ficou responsável pela regulação da pesquisa no SUS -TO e o II Fórum Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, cujos produtos foram a primeira Agenda Tocantinense de Prioridades de Pesquisa em Saúde publicada em 2008 e o estabelecimento das estratégias de funcionamento da Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde – RECTINS bem como seus mecanismos de implantação e implementação.

Em 2011, foi criada a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Tocantins – FAPT com o objetivo de estimular o “desenvolvimento científico e tecnológico do Estado através de pesquisas aplicadas e de inovação, visando ainda promover o conhecimento e a integração entre os setores privado, público e instituições de ensino” fato esse que nos é de grande valia, dentre outras circunstâncias, na captação de recursos e financiamento de projetos de forma compartilhada.

O presente documento é produto das discussões coletivas no I Fórum para Revisão da Agenda Tocantinense de Prioridades de Pesquisa em Saúde, entre os vários atores da academia, serviço e representantes sociais, que aconteceu nos dias 10 e 11 de Novembro de 2011 em Palmas com o objetivo de rever as prioridades elencadas em 2008.

O evento contou com 92 participantes, que discutiram 13 dos 16 objetivos presentes no PESS e a partir daí priorizaram as necessidades de pesquisa do sistema de saúde do Tocantins, conciliando-as com a capacidade de pesquisa instalada.

De acordo com a avaliação dos participantes sobre a relevância dos assuntos abordados no fórum 85,5% o avaliaram como bom ou ótimo, 72,5% avaliaram a qualidade das discussões como boa ou ótima e 92,5% avaliaram a relevância do evento também como boa ou ótima, evidenciando assim que o evento cumpriu as metas e objetivos propostos.

Por fim, espera-se que este documento seja bem divulgado e possa nortear a pesquisa em saúde no Tocantins, servindo com balizador de investimento e ferramenta de capacitação em métodos e técnicas, para que os resultados das pesquisas possam promover as mudanças necessárias refletindo em melhores indicadores de saúde e conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida da população tocaninense.

Objetivos Estratégicos do Sistema de Saúde Brasileiro – Pesquisa Estratégica para o Sistema de Saúde – PESS (BRASIL, 2011)

- I - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.
- II - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.
- III - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.
- IV - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com outras redes de atenção.
- V - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.
- VI - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.
- VII - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.
- VIII - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.
- IX - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.
- X - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.
- XI - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.
- XII - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde e da assistência farmacêutica no âmbito do SUS.
- XIII - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar, articulando a relação público – privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

XIV - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

XV - Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais.

XVI - Contribuir para erradicar a extrema pobreza no país.

**PRIORIDADES ELENCADAS DURANTE
O I FÓRUM PARA REVISÃO DA
AGENDA TOCANTINENSE DE
PRIORIDADES DE PESQUISA EM
SAÚDE PARA O SUS – TO,
ELABORADAS À PARTIR DO PESS**

Objetivo 01

Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

- 1.1 Avaliação da qualidade e humanização no atendimento, resolubilidade nos níveis hierárquicos do SUS, acesso aos serviços de saúde e as ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação; e identificação de parâmetros de avaliação do sistema de saúde na perspectiva dos usuários.
- 1.2 Avaliação de ações e programas nos distritos sanitários especiais indígenas e quilombolas que promovam o diagnóstico da situação alimentar e nutricional de gestantes e crianças menores de cinco anos.
- 1.3 Avaliação de ações preventivas e de promoção à saúde e de fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis.
- 1.4 Estudo sobre a organização da rede de atenção básica observando a integralidade, regionalização, cobertura da Estratégia da Saúde da Família, acesso e continuidade, qualidade e efetividade do sistema, em interface com a atenção especializada.
- 1.5 Estudos sobre tecnologia do cuidado para doenças crônicas não transmissíveis, com vista ao desenvolvimento da estratificação de risco e gestão clínica na atenção básica e especializada.
- 1.6 Avaliação da situação de saúde e as condições de instalações físicas do sistema prisional abrangendo detentos, suas famílias e os trabalhadores, incluindo tratamento psiquiátrico.
- 1.7 Estudos sobre a atenção a saúde da população masculina; prevenção, promoção, acesso e adesão ressaltando os fatores que interferem na baixa procura da população masculina aos serviços de saúde.
- 1.8 Avaliação do custo operacional global das entidades filantrópicas que prestam assistência em saúde ao SUS (ambulatorial e hospitalar), segregadas por Porte (pequeno, médio e grande) e pelas cinco macro-regiões do país, relacionando-o ao valor de custeio do SUS e ao valor de isenção tributária.
- 1.9 Desenvolvimento de modelo, metodologia e sistemas de informação em regulação que proporcionem o acesso equânime e oportuno à atenção integral e de qualidade a universalidade e a garantia de direitos sociais.
- 1.10 Estudos sobre o impacto das políticas de saúde das populações negra e do campo e da floresta e LGBT na melhoria do acesso e qualidade da atenção a saúde destas populações.

- 1.11 Desenvolvimento de modelos, modelagem, tecnologia e ferramentas para enfrentamento da pobreza e promoção da equidade em saúde.
- 1.12 Avaliação da implantação dos dispositivos do decreto nº 7508/ 2011 no Tocantins.
- 1.13 Avaliação da inserção da assistência farmacêutica nas redes de atenção a saúde.
- 1.14 Estudos sobre metodologia para a construção de padrão de integralidade que possibilite o acesso qualificado as ações e serviços de saúde, nas perspectivas das relações entre entes federativos, a luz do contrato organizativo da Ação Pública da Saúde.
- 1.15 Avaliação, desenvolvimento e aplicação de tecnologias e inovação em regulação como forma de viabilizar o acesso equânime e oportuno a atenção integral e de qualidade, a universalidade e à garantia de direitos sociais.
- 1.16 Avaliação da implantação da estratégia “Rede Cegonha” e sua efetividade na mudança de modelo de atenção à gestação, parto e nascimento.
- 1.17 Avaliação periódica da qualidade da atenção ao idoso no sistema hospitalar e asilar do SUS e da saúde suplementar.
- 1.18 Avaliação da qualidade das cirurgias no SUS.
- 1.19 Estudos sobre a necessidade de alocação, capacitação, e fixação de médicos e demais profissionais de saúde estratégicos.
- 1.20 Perfil e composição das equipes multiprofissionais em distintas modalidades de redes de atenção a saúde, incluindo profissionais para as atividades de gestão, monitoramento e avaliação.
- 1.21 Modelos de instrumentos de governanças clínica (com ênfase nas linhas de cuidados prioritários) e sistemas de auditoria clínica.
- 1.22 Avaliação de resultados e impactos das ações assistenciais consideradas estratégicas sobre a mortalidade infantil.
- 1.23 Estudos sobre a necessidade de formação/capacitação das equipes multiprofissionais.
- 1.24 Modelos de assistência farmacêutica para as redes de atenção à saúde.
- 1.25 Sistemas de regulação do acesso (local, regional e estadual).
- 1.26 Sistema de transporte sanitário para pacientes crônicos.
- 1.27 Avaliação de resultados e impacto de práticas assistenciais na redução da letalidade da dengue.
- 1.28 Modelos de acreditação das redes de atenção à saúde.

- 1.29 Estudos para desenvolvimento da capacidade de monitoramento, análise, planejamento e programação das redes de atenção integral às urgências, hospitalizações e atenção especializada no SUS.
- 1.30 Estudos sobre gestão compartilhada de serviços de atenção básica em saúde no Estado.

Objetivo 02

Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

- 2.1 Identificação e tipagem de patógenos (sorotipos genótipos e suas relações com carga infecciosa, virulência e patogenicidade) para vigilância epidemiológica e desenvolvimento de teste diagnóstico precoce.
- 2.2 Formação da rede de pesquisa e inovação em doenças não transmissíveis, com vista à avaliação de ações preventivas e de promoção a saúde e dos fatores de risco.
- 2.3 Avaliação da qualidade das cirurgias no SUS.
- 2.4 Avaliação dos impactos das mudanças sócio-ambientais e processos produtivos na saúde; alterações ambientais e climáticas, análise espacial e ecossistêmica das alterações.
- 2.5 Estudos sobre a estimativa da prevalência, incidência e das vulnerabilidades de diferentes grupos populacionais às DST/HIV/HV.
- 2.6 Avaliação do perfil de morbimortalidade da dengue e elaboração de modelos matemáticos que apoiem (APOIEM) o ministério da saúde com informações sobre custo efetividade e a definição diárias e grupos prioritários para serem vacinados contra doença
- 2.7 Estudo sobre tecnologia do cuidado para doenças crônicas não transmissíveis (diabetes e hipertensão), com vista ao desenvolvimento da estratificação de risco e gestão clínica na atenção básica.
- 2.8 Avaliação de alternativa de controle de vetores utilizando metodologias que interferem na capacidade de dispersão, reprodução e ou infecção de patógenos.
- 2.9 Estudos sobre a percepção de risco sanitário referente ao consumo de produtos e serviços sobre vigilância sanitária pela sociedade para subsidiar o gerenciamento e comunicação de risco.
- 2.10 Monitoramento de produtos e serviços sob vigilância sanitária de maneira a permitir a intervenção em tempo oportuno.
- 2.11 Fatores associados à gravidade, dispersão e letalidade das leishmanioses no estado do Tocantins.
- 2.12 Avaliação da efetividade do tratamento diretamente observado para tuberculose e das causas de abandono do tratamento.
- 2.13 Estudos sobre os efeitos das ações de vigilância sanitária no controle e prevenção de riscos em serviços de saúde prioritária, tais como serviços de hemoterapia, hemodiálise, serviços diagnósticos, radiações ionizantes e serviços hospitalares em geral.

- 2.14 Estudos sobre o impacto das políticas de saúde das populações vulneráveis na melhoria do acesso e qualidade de atenção a saúde destas populações.
- 2.15 Sistema de informação, modelos de predição de epidemias, estratégias e indicadores para monitoramentos integrados a dados clínicos, epidemiológicos, e ambientais, incluindo a vigilância em fronteira.
- 2.16 Avaliação da efetividade e do custo-efetividade das ações de vigilância, prevenção e controle das DST/HIV/HV.
- 2.17 Estudos sobre a relação entre o consumo de alimentos processados e obesidade.
- 2.18 Estudos sobre intervenções em vigilância sanitária em situações de emergência em saúde pública.
- 2.19 Avaliação da implantação do Programa Academia da Saúde no Tocantins.
- 2.20 Epidemiologia molecular aplicada à vigilância para o mapeamento e identificação de fatores de risco e monitoramento clínico e terapêutico.
- 2.21 Pesquisa e inovação em doenças negligenciadas.
- 2.22 Impacto do saneamento nas condições de saúde das populações indígenas, quilombolas e assentados.
- 2.23 Avaliação de mortalidade utilizando metodologias para estimativas em pequenas áreas.
- 2.24 Estudos de competência e capacidade vetorial: genética, interação vírus-vetor, parasita-vetor, bio-ecologia e circulação de vírus.
- 2.25 Estudos de eficácia, efetividade e eficiência de tecnologias em saúde levando em conta os impactos dessas tecnologias sobre o perfil de saúde e doença.
- 2.26 Desenvolvimento de Modelos, modelagens, tecnologias e ferramentas para enfrentamento da pobreza e promoção da equidade em saúde.
- 2.27 Avaliação das novas vacinas introduzidas no calendário básico de vacinação.
- 2.28 Estudo sobre a eficácia de reposição de nicotina e terapia cognitivo-comportamental em grupo versus reposição de nicotina, cuidado usual na cessação do tabagismo e prevenção da recaída: Estudo controlado randomizado.
- 2.29 Avaliação de resultado e impacto de práticas assistenciais na redução da letalidade da dengue.
- 2.30 Estudo para caracterização molecular das hemofilias A/B e identificação de portadores de hemofilia no Tocantins.
- 2.31 Estudo sobre a percepção de risco sanitário referente aos serviços de saúde- CCIH sobre vigilância sanitária pelos usuários para identificar e gerenciar risco.

Objetivo 03

Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

- 3.1 Estudo sobre a organização da Rede de Atenção Básica observando a integralidade, regionalização, cobertura da ESF, acesso e continuidade, qualidade e efetividade do sistema com foco na implementação e avaliação do PMAQ.
- 3.2 Avaliação da implantação da estratégia Rede Cegonha e sua efetividade na mudança de modelo de atenção á gestação, parto, nascimento e puerpério.
- 3.3 Desenvolvimento de tecnologias e instrumentos para monitoramento e avaliação e redes de atenção à saúde
- 3.4 PESMITO- avaliar indicadores básicos de saúde de crianças menores de cinco anos e mulheres em idade fértil residentes no Estado do Tocantins.
- 3.5 Sistema de apuração e gestão de custos nos serviços e nas redes de atenção a saúde.
- 3.6 Estratégias para o enfrentamento da violência contra crianças, adolescentes e mulheres.
- 3.7 Redes de vigilância de malformações congênitas de doenças genéticas.
- 3.8 Avaliação de resultados e impacto das ações assistenciais consideradas estratégicas sobre a mortalidade infantil.

Objetivo 04

Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com outras redes de atenção.

- 4.1 Estudos sobre metodologia e avaliação para a construção de padrão de integralidade que possibilite o acesso qualificado as ações e serviços de saúde, desde a urgência até à atenção especializada, na perspectiva das relações intermunicipais e também inter-federativas. Estudos sobre a necessidade de alocação, capacitação e fixação de médicos e demais profissionais de saúde estratégicos.
- 4.2 Avaliação do custo dos prontos-socorros em hospitais próprios e conveniados aos SUS, por meio do desenvolvimento e utilização de metodologia única.
- 4.3 Desenvolvimento de tecnologia e instrumentos para monitoramento e avaliação de redes de atenção a saúde.
- 4.4 Estudo da viabilidade de extensão da rede de telessaúde aos municípios com menos de cinco mil habitantes (acesso aos equipamentos de tecnologia, estrutura física de telecomunicações e capacitação de pessoal).
- 4.5 Estudos sobre metodologia para a construção de padrão de integralidade que possibilite o acesso qualificado as ações e serviço de saúde na perspectiva das relações inter-federativas, a luz do contrato organizativo da ação pública da saúde.
- 4.6 Avaliação, desenvolvimento, e aplicação de tecnologias e inovação em regulação como formas de viabilizar o acesso equânime e oportuno à atenção integral e de qualidade, a universalidade e a garantia de direitos sociais.
- 4.7 Avaliação da reformulação da política nacional de atenção às urgências a partir da articulação da rede de atenção às urgências com o complexo regulador e as demais redes do SUS.

Objetivo 05

Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

- 5.1 Levantamento do perfil dos toxicômanos e do perfil sócio-demográfico e epidemiológico do uso do crack, álcool e outras drogas e sua comercialização no estado do Tocantins.
- 5.2 Estudo sobre os fatores determinantes (sociais, econômicos e culturais) que levam a vulnerabilidade do uso do crack, álcool e outras drogas.
- 5.3 Estudos inter-setoriais com instituições que trabalham com dados sociais, econômicos e culturais com o objetivo de atrair pesquisadores das áreas de ciências sociais para trabalhar nesses agravos.
- 5.4 Avaliação da efetividade dos tratamentos de saúde mental nos Centros de Atenção Psicossocial do Estado.
- 5.5 Desenvolvimento de tecnologias e instrumentos para monitoramento e avaliação das Redes de Atenção à Saúde Mental, uso do crack, álcool e outras drogas.
- 5.6 Estudos sobre a influência de hábitos culturais (religiosidade, espiritualidade, práticas de lazer e aceitação social) no desenvolvimento e tratamento de saúde mental, uso do crack, álcool e outras drogas.
- 5.7** Estudo do impacto sócio-econômico causado pelo absentéismo no trabalho derivado do uso abusivo do crack, álcool e outras drogas.
- 5.8 Estudo do padrão de prescrição (critérios) e comercialização de anti-depressivos e suas consequências individuais e coletivas.
- 5.9 Estudos do nível de qualificação técnica e formação dos profissionais de saúde para atenção integral ao dependente químico e/ou portador de transtorno mental.
- 5.10 Estudos sobre Direitos Humanos e Cidadania dos dependentes químicos (internação involuntária: solução ou somatização de problemas?).
- 5.11 Estudo analítico das atuações e responsabilidades dos Municípios e/ou Estado nas políticas de prevenção da dependência química.
- 5.12 Estudo da viabilidade da estratégia de Redução de Danos (implantação e monitoramento) ao uso do crack, álcool e outras drogas.

Objetivo 06

Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

- 6.1 Avaliar o processo de implementação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa nos municípios do Estado e monitoramento do acompanhamento pela equipe técnica.
- 6.2 Monitoramento e avaliação dos indicadores da Política Nacional do idoso no Estado do Tocantins.
- 6.3 Estudo do grau de habilidades e competências em gerontologia dos cuidadores dos idosos institucionalizados.
- 6.4 Avaliar os serviços ofertados nos centros de convivência para o idoso.
- 6.5 Avaliar o impacto social do centro de convivência no processo de envelhecimento ativo e saudável.
- 6.6 Avaliar a implantação do Programa Academia da Saúde e sua utilização pelos idosos.
- 6.7 Estudos sobre a relação entre consumo de alimentos industrializados, com agrotóxicos, transgênicos e a obesidade na saúde do idoso.
- 6.8 Mapeamento das políticas e atividades de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças crônico-degenerativas como promoção do envelhecimento saudável.
- 6.9 Estudo qualitativo e quantitativo das cirurgias de catarata, próstata, câncer (útero, próstata e mama) do SUS.
- 6.10 Estudo sobre a eficácia de reposição de nicotina e terapia cognitiva-comportamental em grupo, versus reposição de nicotina, cuidado usual na cessação do tabagismo e prevenção da recaída: estudo controlado e randomizado.
- 6.11 Estudo para validação de um programa de modificação de estilo de vida (dieta cardioprotetora brasileira e orientação da atividade física) de baixo custo.
- 6.12 Estudo da viabilidade de implantação do sistema de transporte social para pacientes crônicos e cadeirantes.
- 6.13 Avaliação da qualidade da atenção do idoso na instituição hospitalar e/ou instituição de longa permanência para idosos.
- 6.14 Avaliar a efetividade da rede de pesquisa e inovação em doenças não transmissíveis.
- 6.15 Avaliação de ações preventivas e de promoção à saúde e dos fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis.
- 6.16 Estudo dos mecanismos etiopatogênicos de doenças associadas ao envelhecimento.
- 6.17 Avaliar o impacto orçamentário financeiro na implantação/implementação das ações da política de saúde do idoso.

Objetivo07

Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

- 7.1 Estudos interdisciplinares de saúde mental (abuso de álcool ou outras drogas, violência, suicídio, sofrimento psíquico e necessidades especiais) na população indígena.
- 7.2 Estudos epidemiológicos sobre os principais grupos de doenças infecciosas e parasitárias endêmicas nas populações indígenas.
- 7.3 Estudos sobre agravos decorrentes da contaminação ambiental por metais pesados e agrotóxicos, doenças de veiculação hídrica e emergência de doenças parasitárias nas populações indígenas.
- 7.4 Pesquisas voltadas à saúde da mulher indígena com ênfase nas neoplasias mamárias e câncer de colo de útero.
- 7.5 Estudos sobre as causas de mortalidade materna e neonatal nas populações indígenas e mortalidade em crianças menores de 05 anos.
- 7.6 Estudos sobre a qualidade da água e condições sanitárias específicas da localidade de cada etnia.
- 7.7 Estudos de fitoterápicos e da medicina tradicional indígena.
- 7.8 Estudo do acesso das populações indígenas aos serviços públicos de saúde.
- 7.9 Estudo sobre a dieta e estado nutricional da população indígena.

Objetivo 08

Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.

- 8.1 Estudo sobre o grau de institucionalização/implementação da gestão da educação na saúde nos municípios tocantinenses.
- 8.2 Estudo analítico do provimento, migração e fixação de profissionais de saúde no Estado.
- 8.3 Avaliação da Política Nacional de Saúde: ações, programas, acesso, financiamento, qualidade, perfil dos serviços e fronteiras tecnológicas.
- 8.4 Estudo sobre a necessidade de formação de trabalhadores de nível médio e superior na área da saúde para o SUS.
- 8.5 Mapeamento estadual dos vínculos de trabalho no SUS.
- 8.6 Avaliação de políticas e programas nacionais da educação na saúde no SUS.
- 8.7 Avaliação de políticas e programas nacionais da gestão do trabalho no SUS.
- 8.8 Avaliar as ações do CEREST – Centro de referência à saúde do trabalhador.
- 8.9 Desenvolver pesquisa de clima organizacional nas instituições de saúde.
- 8.10 Mapeamento e avaliação da incorporação da educação na saúde no sistema de planejamento do SUS.
- 8.11 Estudo para a construção de modelos e tecnologias para avaliação dos impactos da educação na saúde na organização dos processos de trabalho das equipes de saúde.
- 8.12 Avaliação do impacto nos serviços de saúde da interação ensino-serviço.
- 8.13 Avaliação dos currículos de formação, a prática-metodológica e a correlação do SUS nos cursos e sua implicação no trabalho.
- 8.14 Avaliar o conhecimento e o grau de entendimento dos servidores sobre a educação permanente em saúde.
- 8.15 Desenvolver estudos sobre a viabilidade de consórcios em saúde voltados para a capacitação e fixação de profissionais de saúde em áreas estratégicas.
- 8.16 Desenvolver estudos sobre estratégias que possibilitem o provimento e fixação de profissionais médicos no interior do Estado.

Objetivo 09

Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

- 9.1 Estudo sobre a organização da Rede de Atenção Básica observando a integralidade, regionalização, cobertura da Estratégia Saúde da Família, acesso e continuidade, qualidade e efetividade do sistema com foco na implantação e avaliação do Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade.
- 9.2 Estudo sobre a perspectiva de atuação de gestores estaduais e municipais do SUS, nas cinco macro-regiões do País, em relação aos novos papéis dos gestores públicos e entidades filantrópicas que prestam assistência em saúde no contexto da nova legislação para certificação e isenção tributária.
- 9.3 Avaliação das políticas públicas regulatórias do Estado no setor da saúde.
- 9.4 Desenvolvimento de modelos, metodologias e sistemas de informação em regulação que proporcionem o acesso equânime e oportuno à atenção integral e de qualidade, à universalidade e à garantia de direitos sociais.
- 9.5 Avaliação da Política Nacional de Saúde: ações e programas, acesso, financiamento, qualidade, perfil dos serviços e fronteira tecnológica.
- 9.6 Avaliação da implantação dos dispositivos do Decreto nº 7.508/2011¹ no Brasil.
- 9.7 Desenvolvimento de mapas que permitam analisar a distribuição geográfica, socioeconômica e cultural das necessidades e oferta dos serviços de saúde.
- 9.8 Estudos sobre o impacto das políticas de saúde das populações negra, do campo e da floresta e LGBT na melhoria do acesso e qualidade da atenção à saúde dessas populações. /Influência das deliberações dos conselhos distritais de saúde indígena na política de saúde indígena.
- 9.9 Estudos sobre modalidade de gestão, práticas gerenciais e relações público-privado, regulação, normalização, regulamentação e modelos de avaliação dos sistemas e ações de saúde. /Desenvolvimento de tecnologias e instrumentos para o monitoramento e avaliação de redes de atenção à saúde.
- 9.10 Avaliação dos modelos de governança sistêmica do SUS no âmbito dos espaços regionais (CIR e CIB regionais).
- 9.11 Modelos de organizações da atenção especializada e dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, articulados com o processo de regionalização, para garantir acesso, economia de escala e resolutividade.
- 9.12 Avaliação do Controle Social.

¹Decreto nº 7.508/2011: Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Interfederativa e dá outras providências.

Objetivo 10

Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

- 10.1 Avaliação das fontes de financiamento em saúde do setor público: captação de recursos, alternativas de fontes de financiamento, estratégias para maximização dos recursos disponíveis efeitos da aplicação da Emenda Constitucional nº 29.
- 10.2 Avaliação da informação em saúde: qualidade, consistência, fidedignidade, validade, completude, padrões de representação da informação das bases de dados, cobertura, aspectos tecnológicos, fluxos, trocas eletrônicas entre sistemas.

Objetivo 11

Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

- 11.1 Estudo sobre a organização da Rede de Atenção Básica observando a integralidade, regionalização, cobertura da Estratégia Saúde da Família, acesso a continuidade, qualidade e efetividade do sistema com foco na implantação e avaliação do Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade.
- 11.2 Avaliação da farmacocinética de medicamentos submetidos a condições ambientais adversas na atenção pré-hospitalar móvel.
- 11.3 Estudos de fase IV de efetividade e segurança a médio e longo prazo de pacientes elegíveis (segundo Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde) em tratamento com novos medicamentos oncológicos, novos biológicos para doenças reumatológicas e novos medicamentos para tratamento do diabetes.
- 11.4 Desenvolvimento de instrumentos e indicadores para avaliação dos processos de organização e gestão da assistência farmacêutica no SUS.
- 11.5 Pesquisa Estadual sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos.
- 11.6 Estudos que preencham as lacunas do desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos a partir de plantas medicinais da flora brasileira, priorizando as espécies que demonstram potencial de gerar produtos para o SUS. E estudos com espécies de interesse epidemiológico para o Estado.
- 11.7 Pesquisa Estadual para avaliação comparativa de custos de fornecimento de medicamentos na rede pública, Programa Farmácia Popular do Brasil e Programa Aqui tem Farmácia Popular.
- 11.8 Avaliação da inserção da assistência farmacêutica nas redes de atenção à saúde.
- 11.9 Avaliação e desenvolvimento de metodologias para apuração de custo-efetividade por procedimento, tipo de paciente, centro de responsabilidade, nível de complexidade da atenção e atividade.
- 11.10 Desenvolvimento de instrumentos e indicadores para avaliação de programas e do impacto do fornecimento de medicamentos.
- 11.11 Modelos de assistência farmacêutica para as redes de atenção à saúde
- 11.12 Avaliação do impacto econômico para o sistema estadual de saúde das demandas judiciais na aquisição de medicamentos.

Objetivo 12

Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde e da assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

- 12.1 Estudos sobre transferência de tecnologias das universidades e institutos de pesquisa para as indústrias nacionais.
- 12.2 Estudos de fase IV de efetividade e segurança a médio e longo prazo de pacientes elegíveis (segundo Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde) em tratamento com novos medicamentos oncológicos, novos biológicos para doenças reumatológicas e novos medicamentos para o tratamento do diabetes.
- 12.3 Estudos que preencham as lacunas do desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos a partir de plantas medicinais da flora brasileira, priorizando as espécies que demonstram potencial de gerar produto para o SUS.
- 12.4 A avaliação da tecnologia da informação como ferramenta para utilizar, incorporar e transformar o conhecimento científico e tecnológico em ações e políticas de saúde.
- 12.5 Fisiopatologia do processo inflamatório crônico, imunológico, genético, oncológico para o desenvolvimento de inovações terapêuticas e processos-testes diagnósticos.
- 12.6 Estudo sobre a efetividade do tratamento oferecido para usuários de álcool e outras drogas na rede de saúde mental do SUS.
- 12.7 Estudos comparando intervenções medicamentosas e não medicamentosas, em esquema isolado ou associado, no tratamento de patologias dependentes do estilo de vida, com foco em saúde mental e drogadição, diabetes, obesidades, doenças cardiovasculares e câncer.
- 12.8 Estudos – diagnósticos e prospectivos – para subsidiar a formulação de políticas, estratégias e mecanismos voltados para o desenvolvimento do parque produtivo do CPIS.
- 12.9 Desenvolvimento de modelos para avaliação de desempenho, segurança e eficácia de produtos e tecnologias de uso em saúde, em conformidade com a lista de produtos estratégicos para o SUS.
- 12.10 Avaliação e desenvolvimento de metodologias para apuração de custo-efetividade por procedimento, tipo de paciente, centro de responsabilidade, nível de complexidade da atenção e atividade.
- 12.11 Estudos de fase III com medicamentos estratégicos para o SUS já registrados (novos medicamentos oncológicos e novos biológicos para doenças reumatológicas), comparando esquemas terapêuticos alternativos com efetividade similar: menor posologia, maior intervalo entre as doses ou menor duração do tratamento.
- 12.12 Avaliação e diagnóstico do impacto socioeconômico do atual marco regulatório do CIS, inclusive CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos -

- ANVISA), no âmbito do desenvolvimento tecnológico e da inovação produtiva para subsidiar as políticas de saúde.
- 12.13 Avaliação da efetividade e do custo-efetividade das ações de vigilância, prevenção e controle das DST-HIV-HV.
 - 12.14 Avaliação da efetividade do tratamento Diretamente observado para tuberculose e das causas de abandono do tratamento.
 - 12.15 Formação da rede de pesquisa e inovação em Doenças Negligenciadas.
 - 12.16 Formação da rede de pesquisa e inovação em Doenças Não Transmissíveis.
 - 12.17 Estudos sobre políticas regulatórias em vigilância sanitária e sua relação com complexo produtivo da saúde.
 - 12.18 Avaliação das tendências tecnológicas e econômicas na área de diagnóstico e tratamento de doenças crônico-degenerativas.
 - 12.19 Desenvolvimento de instrumentos e indicadores para avaliação de programas e do impacto do fornecimento de medicamentos.
 - 12.20 Estudos sobre transferibilidade de tecnologias em saúde desenvolvidas em outros países.
 - 12.21 Centro de medicina baseada em evidências para suporte na elaboração de pareceres técnico-científicos para o Ministério da Saúde
 - 12.22 Papel do Estado na regulação de produtos e serviços de saúde.
 - 12.23 Modelos de avaliação e gestão de tecnologias para as redes de atenção à saúde.
 - 12.24 Desenvolvimento de testes rápidos de diagnóstico para doenças de importância epidemiológica e validação de testes produzidos em outros países.
 - 12.25 Atividades bio ativas de extratos de plantas brasileiras obtidas do conhecimento tradicional.
 - 12.26 Pesquisa de agentes causadores de doenças de importância epidemiológica.

Objetivo 15

Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais.

- 15.1 Estudos sobre os efeitos das ações de vigilância sanitária no controle e prevenção de riscos em serviços de saúde prioritários, tais como serviços de hemoterapia, hemodiálise, serviços diagnósticos, radiações ionizantes e serviços hospitalares em geral.
- 15.2 Estudos inter-laboratoriais, realização de ensaios de proficiência e desenvolvimento de materiais de referência para alimentos contendo resíduos de agrotóxicos na produção regional e para exportação.
- 15.3 Desenvolvimento de metodologias para avaliação do impacto dos processos produtivos estaduais sobre a saúde.
- 15.4 Impacto do saneamento nas condições de saúde das populações indígenas.
- 15.5 Avaliação do perfil de morbimortalidade da dengue e outras doenças infecciosas e parasitárias e elaboração de modelos matemáticos que apoiem o Ministério da Saúde com informações sobre custo-efetividade e a definição de áreas e grupos prioritários para serem vacinados contra a doença.
- 15.6 Desenvolvimento de modelos, modelagens, tecnologias e ferramentas para enfrentamento da pobreza e promoção da equidade em saúde.
- 15.7 Desenvolvimento e avaliação de métodos para identificação dos mecanismos de resistência dos vetores aos inseticidas e da pressão de seleção imposta pelas diferentes intervenções, como mosquiteiros impregnados de longa duração e borrifação residual intra-domiciliar.
- 15.8 Mudanças climáticas e saúde: catástrofes ambientais - riscos das leishmanioses e outras doenças infecto-parasitárias.
- 15.9 Avaliação de resultados e impactos de práticas no controle ambiental e assistencial da dengue.
- 15.10 Estudos de impactos na saúde de novos empreendimentos.
- 15.11 Avaliação de mortalidade utilizando metodologias para estimativas em pequenas áreas.
- 15.12 Estudo sobre organização da Rede de Atenção Básica observando a integralidade, regionalização, cobertura da Estratégia Saúde da Família, acesso e continuidade, qualidade e efetividade do sistema com foco na implantação e avaliação do Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade.
- 15.13 Avaliação de alternativas de controle de vetores.
- 15.14 Avaliação do impacto das alterações ambientais na saúde.